



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**NOTAS DE UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ACERCA
DA HISTORIOGRAFIA DA DITADURA NO BRASIL**

Gabrielle Oliveira de Abreu¹

Resumo: Em 1º. de abril de 1964, a sociedade brasileira presenciou um golpe de Estado protagonizado por militares e setores civis. Tal evento se desdobrou numa ditadura de 21 anos marcada, principalmente, por graves violações de direitos humanos como censura, desaparecimentos forçados, torturas e cassações de direitos políticos. A ditadura civil- militar ainda conserva terreno fértil para pesquisadores e tem se tornado cada vez mais alvo de estudos no campo da História. O objetivo desta comunicação é apresentar dados referentes a um estudo bibliométrico realizado com produções sobre a temática da ditadura e correlatas. A bibliometria consiste numa técnica de avaliação de conhecimento própria da Biblioteconomia e demais ciências da informação. Nos apropriamos desta metodologia para acompanhar as produções historiográficas sobre ditadura desenvolvidas no Brasil até então. Com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, reunimos 1.080 trabalhos que versam sobre a ditadura e foram defendidos em universidades de todo o país entre 1988 e 2019. Dividimos estes trabalhos em temas (anistia, imprensa, censura...), autores, ano de publicação, orientadores e demais categorias. Nosso intuito é identificar se existem tendências temáticas em dadas regiões ou ano (tendo em vista efemérides e importantes eventos relacionados à temática, como o lançamento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade em 2015) e, assim, delimitar um panorama dos estudos acerca da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: ditadura civil-militar, historiografia, bibliometria.

Introdução

O que apresentaremos a seguir são impressões preliminares de um estudo bibliométrico realizado com base em dissertações e teses que versam sobre diferentes aspectos da ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Estes trabalhos foram desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação em História² de 64

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Pesquisadora no Instituto de Estudos da Religião (ISER). abreugabis@gmail.com

² A partir deste ponto do texto, vamos nos referir aos programas como “PPGHs”, dada a extensão do termo.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE** UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



universidades brasileiras entre os anos de 1988 e 2019. São, ao todo, **832 dissertações e 248 teses**. Pretendemos expor também os detalhes da construção do banco de dados que reúne esses mais de mil trabalhos acadêmicos sobre o tema, bem como explicaremos a bibliometria, principal aporte teórico-metodológico para definição dessa base de informações.

Os esforços em cima do banco de dados são parte da dissertação de mestrado da autora, que versa sobre as experiências de indivíduos negros durante a ditadura e as suas (raras) representações na historiografia. Diante da escassez de pesquisas que considerem a participação de negros e negras na resistência à ditadura civil-militar, fomos instigadas a acessar esta historiografia de forma mais completa e sistemática para verificar se e como essas experiências foram aventadas. Já que se trata de um campo historiográfico bastante amplo e consolidado, um banco de dados referenciado pela bibliometria foi a saída mais eficaz para avaliar os trabalhos. Refere-se, portanto, a um olhar mais macro destas produções e não exatamente uma revisão bibliográfica, já que os trabalhos não são examinados na íntegra, conforme explicaremos mais adiante.

Essa principal motivação (de verificar como as experiências negras surgem nas produções) foi ampliada à medida em que coletamos os 1.080 trabalhos. Dada a riqueza de informações do banco de dados foi possível cotejar tendências temáticas, recortes regionais e temporais, redes de diálogos entre os historiadores, PPGHs mais frutíferos etc. Ou seja, os empenhos em torno do banco têm nos propiciado um verdadeiro panorama da historiografia da ditadura nos últimos 31 anos.

Nossa pesquisa, entretanto, não é de todo inédita. Alguns outros historiadores também se debruçaram em estudos sobre a ditadura na tentativa de delimitar este campo de investigação. Há um importante artigo escrito por Carlos Fico, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2004 que se propõe a discorrer sobre os diferentes perfis historiográficos das produções acadêmicas sobre a ditadura entre a década de 1970 e o início dos anos 2000.

No texto, Fico demarca fases das narrativas sobre a ditadura ao longo destes trinta anos destacando o notável crescimento de pesquisas sobre temas diversos do regime. Fico destaca ainda que o aumento do interesse no campo não esteve restrito à academia, sendo observado também no debate público e na imprensa brasileira. As principais razões para essa



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



crescente visibilidade, segundo Fico, se devem às novas publicações e ao distanciamento temporal relativamente considerável entre a matéria investigada e o contexto político-social dos pesquisadores (naturalmente mais jovens e que não vivenciaram ativamente o período ditatorial). Este espaçamento de tempo viabilizou aos autores das novas pesquisas reflexões com mínimas opiniões pré-concebidas (FICO, 2004, p. 30).

As tendências centrais da primeira fase definida por Carlos Fico concentraram-se, especialmente, nas décadas de 1960 e 1970. A primeira tendência recebeu forte influência da ciência política estadunidense e se deteve a compreender e explicar as sucessivas crises militares na América Latina e o real papel das forças armadas no Estado brasileiro. A segunda tendência, a qual Fico denomina de “memorialística”, foi marcada pelos vários livros de memórias redigidos tanto por civis e militares que compuseram governos durante a ditadura, como figuras da esquerda, em especial, da esquerda armada que resistiram ao regime. Ambos os grupos se dedicaram no pós-ditadura a compartilhar suas experiências em obras literárias, algumas tendo se tornado verdadeiros *best-sellers*. Cabe ressaltar que, para Fico, as duas tendências coexistiram e, paulatinamente, deram lugar preferencial ao que o autor chama de “nova fase de estudos sobre a ditadura militar” (FICO, 2004, p. 39).

A esta nova fase, que podemos considerar uma segunda fase dos estudos acerca da ditadura a partir dos anos 1980, Fico atenta para a influência das formulações da “Nova História”, corrente historiográfica desenvolvida no seio da Escola dos *Annales*. Percebe-se neste momento uma ênfase na narrativa das histórias de vida, das histórias das mentalidades e nos pormenores dos cotidianos. Esta fase privilegiou as subjetividades em detrimento das análises marxistas focadas num macro contexto e serviu de pano de fundo para boa parte das 214 produções, entre dissertações e teses, analisadas no início dos anos 2000 pelo Grupo de Estudos Sobre a Ditadura da UFRJ, coordenado por Fico. (ibidem, p. 40-41). Das 214 pesquisas, nove foram defendidas em universidades fora do Brasil.

No exame liderado por Fico, impressiona o salto quantitativo entre a década de 1970 e o ano 2000 no que tange as pesquisas que versam sobre a ditadura: “no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações” (ibidem, p. 41). Quanto às temáticas, prevalecem pesquisas dedicadas a analisar as expressões culturais durante o



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE

UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



regime ditatorial com destaque para os trabalhos sobre música, além de produções sobre movimentos culturais urbanos, com 27 ocorrências em cada um dos temas. Carlos Fico encerra o artigo fomentando a hipótese de que as iminentes políticas arquivísticas de ampliação ao acesso de documentos outrora sigilosos garantirão renovadas investigações sobre o período da ditadura (ibidem).

Em diálogo com as análises de Fico em seu texto de 2004, as historiadoras Alejandra Estevez e Fabiana Bandeira atualizam parte da sistematização feita pelo Grupo de Estudos da UFRJ e fornecem novos elementos em relação às produções acerca da ditadura em artigo de 2014. As autoras realizaram um levantamento de dissertações e teses sobre a ditadura em programas de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, porém com foco em História, entre 1982 e 2013 contemplando 34 universidades localizadas nas cinco regiões do país. A fonte para construção do levantamento é também o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior), a mesma base que mobilizamos para a nossa pesquisa, conforme daremos detalhes mais à frente.

O levantamento realizado por Estevez e Bandeira ratifica a ideia de Carlos Fico de que as pesquisas a respeito do regime ditatorial civil-militar cresceram exponencialmente ao longo dos anos, em particular a partir dos anos 2000. A este aumento significativo, as autoras atribuem alguns fatores em relação ao período de 2004 a 2014, não contemplado pelas análises de Fico e o grupo de estudos por ele coordenado: 1. um certo contexto geopolítico propício às pesquisas dessa natureza, em especial na América Latina, de novos esforços por elucidações de seus passados autoritários; 2. a flexibilização do acesso aos arquivos da ditadura possibilitada principalmente pela Lei de Acesso à Informação³ e por projetos como o Memórias Reveladas⁴; 3. a consolidação da historiografia sobre a ditadura enquanto um vasto campo de saber; 4. os tímidos avanços no que concerne à política de reparação no Brasil, com

³ Trata-se da Lei Nº 12.527 que regulariza o acesso pleno a informações de toda a administração pública brasileira, acesso este que já era garantido pela Constituição Federal de 1988. A referida lei fortalece o entendimento constitucional de que todos os cidadãos possuem o direito de dispor de informações de interesse privado ou público. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Último acesso em 30/03/2021.

⁴ Criado em 2009 no âmbito do Ministério da Casa Civil, o projeto consiste na reunião de informações dispostas em documentos instalados em arquivos ao redor do país que, a partir deste ano, foram salvaguardados unicamente no Arquivo Nacional. Tal projeto foi pensado sob a marca da busca por memória e justiça e preserva documentos importantes da história política entre as décadas de 1960 e 1980. Mais informações em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Último acesso em 30/03/2021.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



destaque para as construções da Comissão Nacional da Verdade e seus setoriais regionais, ainda embrionários quando da publicação do artigo aqui exposto (ESTEVEZ & BANDEIRA, 2014, p. 3-5).

Confirma-se também o protagonismo das pesquisas que possuem a cultura como tema prioritário de análise, com 57 dos 409 trabalhos levantados pelas autoras. O segundo e o terceiro temas mais abordados são Imprensa e Trabalhadores, respectivamente, conforme demonstrado abaixo na Tabela 01.

Tabela 01 - Temas mais assíduos nos levantamentos de Fico (2004) e Estevez & Bandeira (2014)⁵

FICO (2004)	ESTEVEZ & BANDEIRA (2014)
movimentos sociais urbanos (27)	cultura (57)
arte e cultura (27)	imprensa (41)
economia (25)	trabalhadores (32)
esquerda e oposição (20)	militares (26)
imprensa (15)	igrejas (22)
censura (13)	abertura política (21)
crônicas dos diversos governos (11)	movimento estudantil (20)
movimento estudantil (8)	economia (19)
golpe civil-militar (6)	estrutura repressiva (18)

Tabela 01: com base em FICO, Carlos. —Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar— in Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo, 2004 e ESTEVEZ, Alejandra & BANDEIRA, Fabiana. A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre a ditadura militar brasileira. in: THIESEN, Icleia (org.) Documentos Sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

Além disso, percebe-se como a História foi se tornando a área com maior número de produções sobre a ditadura, lugar antes dominado pelas ciências sociais conforme salientado por Fico no artigo de 2004. Dos 409 trabalhos observados por Estevez e Bandeira, 191 são de História, ou seja, 46,7% (ESTEVEZ & BANDEIRA, 2014, p. 20-21).

⁵ Os números entre parênteses se referem à quantidade de pesquisas encontradas em cada tema.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Os dois artigos até então aqui analisados são fundamentais para o estudo que estamos empreendendo. Em constante articulação com eles, fundamentamos o nosso próprio banco de dados e oferecemos renovados sentidos acerca da historiografia da ditadura no Brasil. Mesmo com similaridades, entretanto, trazemos alguns diferenciais. O primeiro deles é o número de trabalhos abarcados pela pesquisa, que supera os outros dois estudos. A segunda diferença é o nosso foco em produções estritamente historiográficas, ao contrário dos outros dois estudos que deram conta também de demais áreas do conhecimento como Sociologia e Ciência Política. O terceiro diferencial é a possibilidade de extensão do nosso recorte temporal até 2019, onde poderemos cotejar a influência dos eventos históricos pós-2014 nos investimentos acadêmicos no tema da ditadura.

A Bibliometria como recurso

Podemos reconhecer que a mobilização da Bibliometria como recurso metodológico nesta pesquisa é também mais uma de suas peculiaridades. Grosso modo, a Bibliometria é um conjunto de técnicas matemáticas e estatísticas que visam obter dados sobre a evolução de determinado campo epistemológico. Majoritariamente, os estudos bibliométricos recorrem a *softwares* especializados que, a partir de variáveis, chegam de maneira automatizada aos resultados. Estas variáveis também podem ser entendidas como indicadores a serem definidos conforme os objetivos dos pesquisadores que propõem esses exercícios bibliométricos. No geral, utilizam indicadores como autoria, ano de publicação, instituição, posição geográfica etc.

Ainda não encontramos quaisquer estudos bibliométricos que possuam como objeto principal produções historiográficas, tampouco estudos desta natureza que tenham se dedicado a mapear os trabalhos que tratam da ditadura civil-militar brasileira. Do mesmo modo, não dispomos das tecnologias de *softwares* para construção de nosso banco de dados, cujos detalhes oferecemos mais tarde. Apesar desses referenciais ausentes, as diversas conceituações da Bibliometria têm nos auxiliado a definir melhor os objetivos gerais do nosso levantamento. Cabe compartilhar que chegamos a esta técnica de maneira um tanto quanto fortuita. A princípio, desenhamos o banco de dados intuitivamente sem o auxílio das diretrizes da Bibliometria que, atualmente, já nos serve de parâmetro para as análises.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Dentre as muitas definições de Bibliometria que acessamos, a elaborada por Gabriel Vouga Chueke e Marcos Amatucci é a que melhor contempla nossas intenções:

Particularmente, no campo das ciências sociais aplicadas os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber, mapear as comunidades acadêmicas e identificar as redes de pesquisadores e suas motivações. Tais objetivos são tangibilizados por meio da criação de indicadores que buscam sumarizar as instituições e os autores mais prolíferos, os acadêmicos mais citados e as redes de coautorias (Chueke & Amatucci, 2015, p. 2).

Construindo o banco de dados

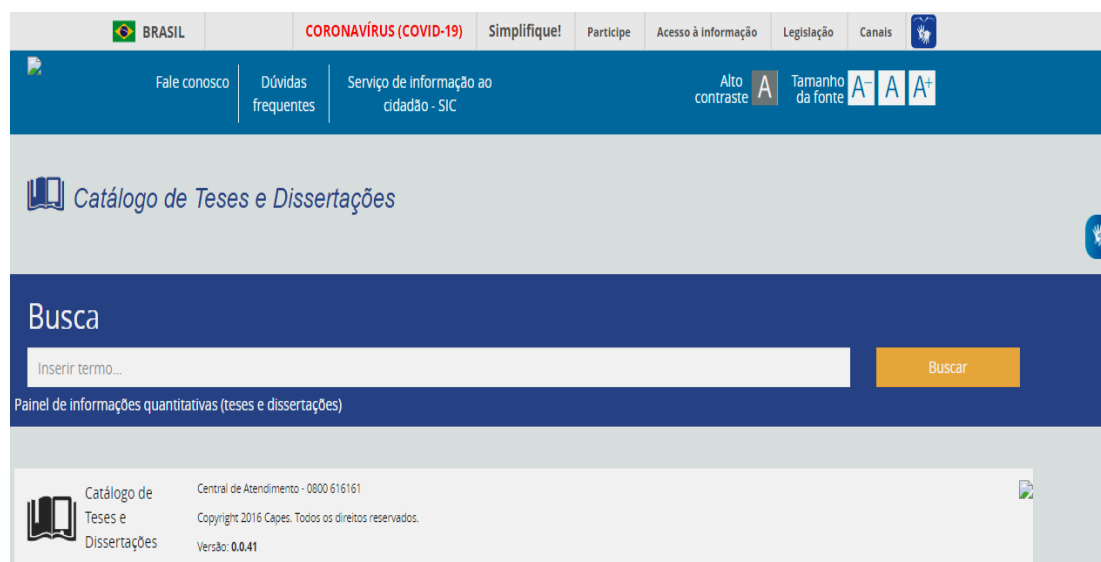
Neste tópico, apresentaremos o passo a passo para construção do banco de dados referenciado pela Bibliometria cujo foco principal de análise são as produções historiográficas acerca da ditadura civil-militar. A definição de um banco de dados é, basicamente, um conjunto de registros informacionais cujos itens possuem alguma (ou algumas) relações entre si. Os bancos tendem a informatizar as informações dispondo-as de maneira mais clara e tornando mais simples a busca por elas (GIL, 2015, p. 7).

De acordo com o que supracitamos, a principal fonte de informações para a montagem do banco de dados é o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A CAPES é uma entidade vinculada ao Ministério da Educação criada no governo Getúlio Vargas em 1951 cujo o objetivo primordial é subsidiar políticas relacionadas ao exercício dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Além disso, a CAPES é a responsável pela avaliação dos milhares de programas de pós-graduações espalhados pelo país. Esta avaliação ocorre a cada quatro anos e, por isto, é denominada de Avaliação Quadrienal.

O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi idealizado em 2002 e, desde então, tem passado por diversas formulações. Nele, estão contidos dados referentes a cada um dos trabalhos defendidos em pós-graduações de inúmeras áreas do conhecimento. O catálogo é atualizado ano a ano conforme as informações concedidas pelas universidades por meio da Plataforma Sucupira, outro recurso informacional gerido pela CAPES.



Imagem 01 – Home do portal do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES



Digitamos o termo DITADURA MILITAR no campo de busca do *site* e nos foram ofertadas 58.074 ocorrências. Para refinar a busca, acionamos alguns dos filtros disponíveis pelo portal, em especial o que concerne à Área de Conhecimento. Como já mencionado, focamos nas produções circunscritas ao campo da História⁶. A partir do refinamento propiciado pelos filtros, chegamos ao número total de 2.183 resultados. Um novo refinamento, desta vez manual e já alimentando o banco de dados, é realizado para separar trabalhos que tratam de assuntos que não necessariamente abordam do tema alvo das nossas análises⁷. Os trabalhos são fornecidos pelo Catálogo com o formato demonstrado na Tabela 02.

⁶ Os trabalhos de História disponíveis no Portal são subdivididos em diversas áreas. Pelo filtro, restringimos a busca por produções sobre *história*, *história do direito*, *história regional do Brasil*, *história do Brasil*, *história da arte* e *história latino-americana*. Julgamos que estes recortes contemplariam as pesquisas sobre a ditadura.

⁷ Esse processo é necessário pois com a busca também nos vem trabalhos que abordam, por exemplo, a ditadura estado-novista, a ditadura franquista etc. Isso naturalmente ocorre, já que estamos falando de uma plataforma muito rica e eficiente, mas que igualmente tem os seus equívocos.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Tabela 02 – Modelo dos trabalhos fornecidos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Modelo: SOBRENOME, Nome. Título completo. Data da defesa (xx/xx/xxxx). Nº de páginas. Curso concluído. Instituição de ensino. Biblioteca Depositária do trabalho.
Exemplo 01: GASPAROTTO, ALESSANDRA. O terror renegado: uma reflexão sobre os episódios de repressão pública protagonizados por integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 01/01/2008 135 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: BSCSH
Exemplo 02: Joffily, Mariana Rangel. No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 01/02/2008 349 f. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD; CAPH

Enfim, depois dessas etapas de aprimoramento dos resultados, chegamos ao número final de 1.080 trabalhos sobre o tema que constituem o universo analisado e delimitamos nossos indicadores, ou seja, os dados que gostaríamos de extrair das produções. Os indicadores são: 1. Referência bibliográfica completa dos trabalhos; 2. Resumo dos trabalhos; 3. Categorias temáticas; 4. Tipo de trabalho (tese ou dissertação); 5. Autoria; 6. Nome do orientador(a); 7. Ano da defesa; 8. Universidade e 9. Estado da Universidade. A seguir, compartilharemos reflexões iniciais sobre as variáveis 4, 5, 7, 8 e 9.

Prevalecem no banco os trabalhos de conclusão de cursos de mestrado, que ocupam 77% do total de 1.080 produções reunidas, enquanto as teses de doutorado equivalem a 23% deste total. Esse acúmulo de dissertações é fruto de uma tendência comum na pós-graduação de não continuidade de determinados pesquisadores no doutorado ou, ainda, numa não continuidade da pesquisa no tema da ditadura.

Sobre autoria, o banco de dados elenca 1.015 pesquisadores. Tal número é desproporcional ao total de trabalhos na base visto que 63 destes autores defenderam dissertação e tese sobre o tema da ditadura e, por isto, seus nomes surgem duplicados no banco. Em alinhamento com os dados sobre a quantidade de trabalhos, é possível ventilar que o universo dos autores que, após o mestrado, também concluíram doutorado, porém em outras temáticas, seja superior ao número de 63. Entretanto, nosso foco aqui são as redes de diálogos entre os pesquisadores do tema da ditadura e, em razão deste objetivo, não nos cabe uma



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



investigação aprofundada a respeito da continuidade das trajetórias desses autores que prosseguiram no doutorado, mas discutindo outra temática.

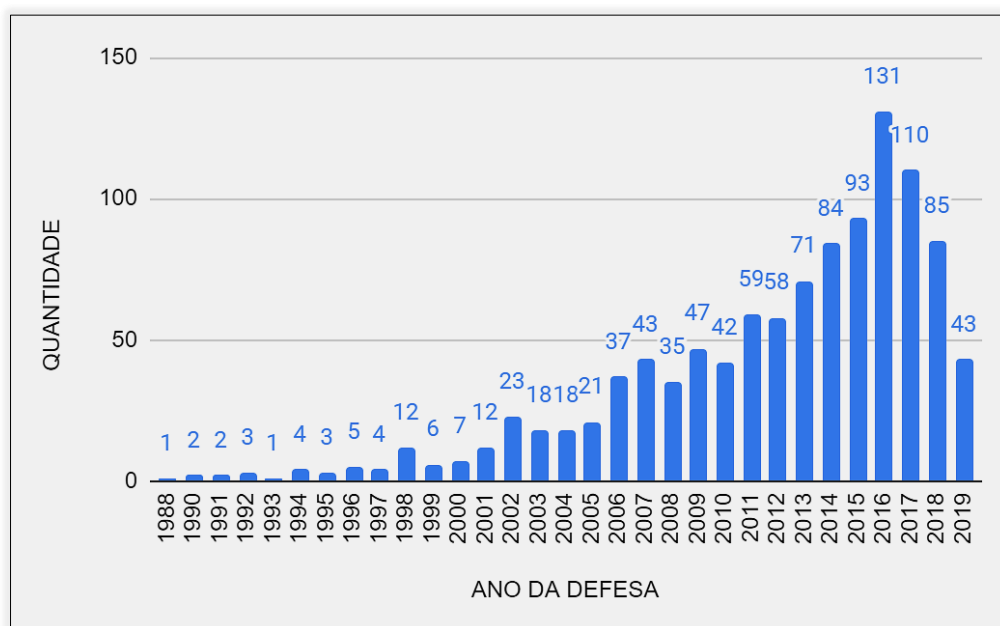
Os dados referentes aos anos de defesa dos trabalhos corroboram com as hipóteses de Fico (2004) e Estevez & Bandeira (2014). Percebe-se um aumento considerável de pesquisas sobre o tema da ditadura a partir dos anos 2000, tendo um “boom” impressionante a partir da década de 2010, vide tabela abaixo.

Tabela 03 – Evolução do número de trabalhos sobre ditadura

Período	Quantidade de trabalhos
1988 a 1990	3
1991 a 2000	47
2001 a 2010	296
2011 a 2019	734

O gráfico a seguir dá detalhes da quantidade de produções sobre a ditadura ano a ano entre 1988 e 2019.

Gráfico 01 – Evolução do número de trabalhos sobre ditadura ano a ano





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Com a leitura do gráfico, fica ainda mais evidente o aumento do número de trabalhos acerca do tema ao longo dos anos. Destacam-se os anos de 2015, 2016 e 2017 como os mais produtivos. À primeira vista, a discrepância entre os números de trabalhos em 2018 e em 2019 pode indicar que neste segundo houve uma queda das produções para quase a metade. Contudo, iniciamos o levantamento em março de 2020 e, presumivelmente, alguns trabalhos defendidos em 2019 podem não ter sido incluídos no Catálogo da CAPES. Convém, futuramente, uma atualização nos dados referentes a 2019.

Os últimos dados que apresentaremos neste artigo referem-se às universidades onde foram defendidas as 1.080 teses e dissertações sobre ditadura, além de seus respectivos estados. A próxima tabela nos apresenta como essas produções estão institucionalmente distribuídas.

Tabela 04 – Distribuição dos trabalhos sobre ditadura por universidade

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE TRABALHOS
USP	86
UFF	82
PUC-SP	73
UFRJ	51
UFPE	48
UFU	45
UFRGS	45
Unesp	42
UFSC	42
UFPR	31
UFMG	31
UFG	29
UFBA	27
UFES	24
PUC-RS	24
UERJ	22



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



UNICAMP	20
UnB	20
UFPB	19
UFMT	19
Unioeste	18
FGV	18
Unisinos	16
Universidade de Passo Fundo	15
UFPI	13
UEM	12
UNIRIO	11
UFC	11
UDESC	11
Universidade Estadual de Feira de Santana	9
UFRRJ	9
UFPeI	9
UFJF	9
PUC-RIO	9
PUC-Goiás	9
UFSM	8
UFPA	8
UFCG	8
Universo - Universidade Salgado de Oliveira	7
UFAL	7
UNEB	6
UFS	6
UFGD	6
UFAM	6
Universidade de Vassouras	5
Unifesp	5
UFSJ	5
UECE	5
UFRPE	4



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



UFRN	4
UFOP	4
UFMA	4
UEL	4
Fiocruz	4
Universidade de Caxias do Sul	3
Universidade Estadual de Montes Claros	2
Unicentro - Universidade Estadual do Centro-oeste	2
FURG	2
Universidade Regional do Cariri	1
Universidade Federal do Amapá	1
Universidade Federal do Tocantins	1
UFRB	1
UEMS	1
UEMA	1
TOTAL	1080

A Universidade de São Paulo (USP) lidera o número de pesquisas com 86 produções, seguida pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O protagonismo do sudeste chama a atenção. É evidente que não se trata somente de qualidade, como também de investimento e tradição, tendo em vista que o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP foi fundado em 1971⁸, enquanto o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, que possui apenas um trabalho representado no banco, nasceu em julho de 2013⁹.

A sistematização dos dados referentes aos estados dessas universidades também coloca a região sudeste junto com a região sul como recordistas no número de trabalhos sobre a ditadura:

⁸ Fonte: <http://ppghs.fflch.usp.br/pt-br/posgraduacao/hs/programa/apresentacao> . Último acesso em 30 de março de 2021.

⁹ Fonte: https://www.ppghist.uema.br/?page_id=15 . Último acesso em 30 de março de 2021.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE

UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Tabela 05 – Estados das universidades

Estado da Universidade	QUANTIDADE de trabalhos
SP	226
RJ	219
RS	122
MG	95
PR	67
SC	53
PE	52
BA	43
GO	38
PB	27
MT	24
ES	24
DF	20
CE	17
PI	13
PA	8
AL	7
SE	6
AM	6
MA	5
RN	4
MS	2
TO	1
AP	1
TOTAL	1080

Considerações finais

As universidades são instituições essenciais numa sociedade e, junto a ela, funcionam num ritmo de retroalimentação. Na mesma medida em que a sociedade se beneficia das reflexões provocadas pelos estudos acadêmicos, as universidades simbolizam



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE** UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



tudo aquilo que está posto como ordem do dia nos espaços extra institucionais. Isto significa que os debates sociais influenciam diretamente nas escolhas temáticas e teórico-metodológicas dos intelectuais acadêmicos. As produções acadêmicas são, portanto, um retrato importante e indispensável do pensamento de dada sociedade em dado período histórico.

A historiografia também tem a sua própria historicidade. A historiografia da ditadura apresenta isso de forma ainda mais latente, já que as feridas do período ainda estão longe de cicatrizar.

O que apresentamos nesse trabalho são análises preliminares, tendo em vista de que a pesquisa bibliométrica ainda está em curso. Em razão disso, demos conta de aspectos quantitativos e não exatamente qualitativos, o que pretendemos oferecer num futuro bem próximo.

REFERÊNCIAS

CHUEKE, Gabriel Vouga & AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **InternExt - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**. São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015.

ESTEVEZ, Alejandra & BANDEIRA, Fabiana. A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre a ditadura militar brasileira. in: THIESEN, Icleia (org.) **Documentos Sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60 - 2004.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em História)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o regime militar brasileiro – apontamentos para uma revisão historiográfica. In **Historia y problemas del siglo XX**, Volume 2, Ano 2, 2011, p. 209-217.